

Petição internacional contra a prática da maternidade de substituição

Um manifesto publicado em França por personalidades da cultura e da política pediu aos governos que se oponham à prática da maternidade de substituição que viola os direitos das mulheres e das crianças.

A tragédia do terramoto no Nepal revelou a magnitude do chamado “turismo reprodutivo” ([Acepresa, 8.5.2015](#)). Além disso, deu asas ao movimento que promove a proibição internacional da maternidade de substituição (vulgo “barrigas de aluguer”), que oculta uma evidente exploração de mulheres pobres.

O “stop surrogacy now” nasceu nos Estados Unidos e tem-se estendido pelo Ocidente. Nesta linha, promoveu-se em França um manifesto publicado no [Libération](#), com a assinatura de personalidades da esquerda cultural tão distintas, como os filósofos Michel Onfray e Sylviane Agacinski, o conhecido ativista e hoje eurodeputado verde José Bové, ou a ex-ministra socialista Yvette Roudy. Entre os signatários figura também uma ativista indiana, Ruchira Gupta. A conclusão do escrito é taxativa: “Acreditamos que se deve proibir a GPO (gestação para outrem), porque constitui uma violação dos direitos humanos das mulheres e das crianças”.

Os direitos das mulheres são violados, porque “a GPO baseia-se frequentemente na exploração das mulheres mais desfavorecidas” em benefício dos casais que se podem permitir comprar, dizem os signatários. “O processo médico da GPO supõe riscos para as mães de substituição, para as mulheres que vendem os seus óvulos e para as crianças nascidas graças a estas técnicas”.

Esta prática “rompe o vínculo materno natural que se estabelece durante a gravidez, um vínculo que os profissionais da medicina estimulam e tratam de reforçar sem cessar”. Os autores da declaração asseguram que “não veem diferença entre a prática comercial da GPO e a compra e venda de crianças”.

Concluem dizendo que “ninguém tem direito a um filho, nem os heterossexuais nem os homossexuais ou os indivíduos que decidiram permanecer solteiros”. Por isso, pedem aos

governos e líderes da comunidade internacional que trabalhem conjuntamente para pôr fim a estas práticas.

Entre as assinaturas, incluem-se as de mulheres que foram mães de aluguer, que refletem “o inferno que sofreram”, nas palavras de Marie Jauffret, presidente da CoRP, uma associação a favor do respeito pela pessoa humana, muito mobilizada contra a prática da GPO.

A ordem jurídica francesa não reconhece esse tipo de maternidade, mas não faltam pessoas que, ante o desejo de ter filhos seja como for, recorrem a esta forma nos Estados Unidos ou em países asiáticos. Por isso, os responsáveis do movimento consideram necessária uma norma abolicionista internacional. Assim o sublinha, por exemplo, Muriel FabreMagnan, professora de Direito na Universidade de Paris (a clássica Sorbone), autora de “La Gestation pour autrui”, Fayard, 2013.

Justamente por isso, e contra o critério mantido pelo Tribunal Europeu de Direitos Humanos em sentenças contra a França e a Itália, várias associações feministas difundiram – no contexto da conferência internacional para a cooperação que se celebrava em Haia – uma proposta formal à ONU de convénio para a abolição da figura de maternidade de substituição, seguindo o modelo histórico da abolição da escravatura.

Antes do Nepal, tiveram difusão mundial alguns escândalos, como o do casal australiano que contratou uma mãe de aluguer na Tailândia, mas não quis aceitar o filho nascido com síndrome de Down. Mais recentemente na Grã-Bretanha, uma mãe arrependida viu como os juízes entregaram o seu filho à pessoa que tinha contratado a substituição.

Como se fosse pouco, cada vez se conhece melhor o risco de complicações no processo de gestação, que afeta as mães de aluguer ou as jovens que vendem os seus óvulos. Na Índia, houve várias mortes.

Grégor Puppinck, do Centro Europeu para a Lei e a Justiça, um dos promotores da petição “No maternity traffic” na Europa, aplaude que esquerda e direita se encontrem “na defesa do humano e no respeito da pessoa”.

É também um dos objetivos da organização La Manif pour tous, que lançou o seu particular Tour de France 2015 pela família, destinado a denunciar “o escândalo da mercantilização

das crianças e a escravização das mulheres”. Tem prevista uma vintena de conferências.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

A contribuição dos imigrantes para mitigar população envelhecida

Uma boa notícia para os leitores europeus: segundo o relatório “[Ser jovem na Europa de hoje: tendências demográficas](#)”, publicado pelo Eurostat, a esperança de vida de 2002 a 2012 aumentou em 2,5 anos nos países membros da União Europeia (UE). Mais dois anos e meio para desfrutar do merecido descanso após uma vida de trabalho, para ir passear com os amigos a sítios remotos ou para passar as manhãs a jogar petanca...

Vários fatores se conjugaram para o tornar possível. O ingrediente de viver em democracia – que o relatório não nomeia, mas que alguns especialistas consideram como bom incentivo para gozar de mais anos – pode contribuir para alongar a vida, e é complementado por outros, como o progresso da medicina, a maior educação em temas de saúde, o incremento dos cuidados preventivos, ou a maior atenção a hábitos de vida saudáveis (em termos de exercícios físicos e dietas, por exemplo).

No entanto, existe uma “pequena dificuldade”, e reside em quem pagará a conta dos passeios, o preço das bolas da petanca e das necessárias revisões médicas e hospitalizações de um segmento populacional que, ao viver mais tempo, irá exigir logicamente maiores cuidados.

E a verdade é que o próprio documento apresenta perspectivas nada otimistas, devido ao envelhecimento populacional não ser compensado pela geração mais jovem, que é quem no futuro deveria sustentar os idosos. Os menores de 29 anos, que constituíam 40 % da população total da UE em 1994, em 2014 eram 33,3 %, e em números absolutos baixaram de 193 para 168 milhões. E a percentagem dos reformados com idade superior a 65 anos, aumentou até 18,5 %, quase um em cada cinco habitantes.

Ao constatar o declínio da população laboral, os especialistas dissecam o problema – que não se trata apenas de pagar as pensões de amanhã, como de relançar a economia de modo a possibilitar a manutenção dos níveis de bem-estar – e constata, por um lado, que a taxa de fecundidade caiu para níveis preocupantes, ou até inultrapassáveis. O número ideal de 2,1 filhos por mulher soa risível nalgumas regiões europeias.

Segundo o relatório do Eurostat, o momento talvez mais “otimista” foi 2008, quando a taxa de fecundidade foi de 1,61 filhos por mulher. Depois, com a irrupção da crise económica, os números pioraram, e chegaram em 2012 a 1,58. Não se passa o mesmo em todo o lado: a França e a Irlanda exibem taxas notáveis (ambas com 2,01), mas uma andorinha não faz a primavera, e para o constatar encontramos o caso espanhol (1,32), o português (1,28) e o polaco (1,30).

Por outro lado, a idade de ter filhos foi-se dilatando cada vez mais entre 1995 e 2013. Exemplo típico: Espanha e Itália, onde as mulheres dão à luz pela primeira vez passados já os 30 anos de idade, quase se lhes aproximando a Grécia, com 29,9 anos. Em países da Europa Central, como a República Checa e a Hungria, essa idade aumentou uma média de 4 anos; alemãs e holandesas também acorrem tarde à sala de partos: com 29,3 e 29,4 anos, respetivamente.

Equação final? Pois, por um lado, uma maior percentagem de reformados: os *baby boomers* da década de 1960 (e ainda os mais velhos do que eles, que são uma [galopante maioria](#) em sítios como as Astúrias, a Baixa Saxónia ou o Sarre), esperam ver pago o seu trabalho com um descanso bem remunerado; por outro, os trabalhadores jovens são um bem escasso, ou demoram a nascer. E a variável a clarificar é a sustentação do modelo.

Quem pode contribuir para o salvar? Os imigrantes. Os que chegam com vistos turísticos e decidem não regressar? Ou os que vêm ao abrigo de um plano de estudos e descobrem ser melhor opção ficar nesta parte do globo? Será que quem tem menos recursos à sua disposição, arrisca a sua vida entre as ondas do *Mare Nostrum*, se esconde entre os contentores de um transporte de carga que cruza a fronteira greco-turca, ou aguarda no monte Gurugu (em Marrocos) o momento propício de saltar o muro para um pequeno pedaço da Europa em solo africano?

Sim, todos eles, analfabetos e universitários, subsarianos e árabes, ex-classe média e pobres de toda a vida, procuram uma melhor existência na Europa e, como efeito colateral, vão ajudar a Europa a subsistir.

A necessidade dos chegados recentemente é mais clara em certos sítios do que noutros. Embora em 2012 a população comunitária tenha aumentado em 17 países, em geral, a causa mais importante não foi o crescimento vegetativo (incluindo os filhos da população imigrante, sempre mais jovem). Entre esses países, nos primeiros lugares encontram-se alguns dos que recebem mais estrangeiros: Luxemburgo (o seu elevado nível de rendimentos é um íman que não falha), Malta (um dos primeiros sítios onde tocam terra os botes de imigrantes), Suécia (pela sua conhecida tradição de acolhimento aos refugiados) e a Grã-Bretanha (talvez porque a “rainha dos mares” colhe os frutos de ter sido metrópole de tantos).

Nos outros 11 membros da UE, pelo contrário, as suas populações decresceram. Como na Lituânia e na Letónia, que nem foram império nem são países líderes no plano económico, pelo que não são ainda um fruto tentador.

Juntamente com elas, a Bulgária e a Hungria veem diminuir o seu número de habitantes devido à sua taxa negativa de substituição natural: mais mortes do que nascimentos.

As origens e os motivos para o imigrante são muito diversos, e o [Eurostat](#) auxilia-nos novamente. Os ucranianos assumem que na vizinha Polónia encontrarão maiores possibilidades de emprego e prosperidade, e constituem pelo número, a primeira massa de imigrantes com destino ao país vizinho: quase 172 000 em 2013; os turcos lançam mão dos seus laços familiares na Alemanha (chegaram uns 18 600 nesse ano), pois os seus avós vieram reedificar um país que necessitava de mão-de-obra convidada nos anos do “milagre alemão” (muito recomendável a leitura de “Cabeça de Turco”, de Günter Wallraff), enquanto que os chineses aproveitam o bom acolhimento que lhes dá a Itália no mercado laboral (chegaram mais de 19 000 somente nesse ano), e tanto assim é, que na toscana Prato, meca do bom têxtil desde a Idade Média, tomaram conta da produção de tecidos e atentaram contra o prestígio do *made in Italy*.

Assim, do aumento populacional experimentado pela UE em 2012, só 20 % é atribuível ao crescimento natural. Os 80 % “restantes” têm a sua raiz na imigração, perante a qual talvez conviria “afrouxar” a mão, tanto pelo necessário dever de acolher quem sofre perseguição e miséria no seu país, como pela constatação de “que nos estamos a reduzir”. E não só dar abrigo aos talentos capazes de erguer hipotéticos “silicon valleys” na geografia europeia, como também aos de baixa qualificação laboral.

Não obstante, a académica alemã Charlotte Höhn, diretora do Instituto Federal de Investigações Demográficas, nega-se a tratar os imigrantes como “ferramentas de correção demográfica”, pois isso despersonaliza as suas histórias e dramas. Na sua perceção do fenómeno, reconhece que os imigrantes têm um índice de fecundidade maior do que o dos membros da UE, mas estima que não conseguiriam compensar o défice populacional de nenhum país porque são apenas isso: uma minoria, e porque, na medida em que se integram e prolongam a sua estadia, podem vir a assumir os mesmos padrões de fecundidade dos cidadãos originários da UE. Além disso, os imigrantes também envelhecem e precisam dos mesmos mecanismos de apoio social que os restantes, pelo que se “volta ao princípio. Vamos trazer mais para que sustentem também estes?”.

Há igualmente quem duvide que a entrada de imigrantes em idade ativa possa compensar o envelhecimento da população. O economista Paul Collier, que examina as consequências da imigração na sua obra “Éxodo” (Ed. Turner; tradução para castelhano de “Exodus: How Migration is Changing Our World”, Oxford University Press), defende que a entrada de imigrantes ativos limita-se a proporcionar à sociedade ganhos fiscais temporários, que não podem financiar a longo prazo o encargo dos pensionistas. O aumento da esperança de vida deveria ser compensado com um aumento da idade da reforma.

Por outro lado, muitos imigrantes querem também trazer os seus pais, e muitas vezes conseguem -no. Daí que não se

possa pressupor que os imigrantes reduzam, nem sequer temporariamente, a taxa de dependência. A *velha Europa* necessita de filhos, e a imigração será sempre demasiado minoritária para compensar a falta de fecundidade dos europeus.

L. L.

(com autorização de www.aceprensa.pt)

A lei do sangue

É raro hoje que não seja atendida uma reivindicação pedida por grupos *gays* que se sentem discriminados pela sua orientação sexual. Daí que tenha chamado mais a atenção que [o Tribunal de Justiça da União Europeia tenha estabelecido](#) que a proibição dos homossexuais doarem sangue pode ser justificada, como medida de precaução tendo em conta o maior risco de doenças infecciosas de transmissão sexual que acontece neste grupo. [Os números](#) sobre a maior prevalência do HIV e de outras infeções entre os homens homossexuais são eloquentes e ninguém os desmentiu.

As organizações *gays* alegam que o problema não é o sexo entre homens, mas os comportamentos sexuais de risco em que cada um possa incorrer, independentemente de qual seja a sua orientação sexual. Mas isto somente desvia a questão, pois então há que perguntar por que é que neste grupo – menos de 2 % da população – se generaliza um estilo de conduta sexual que faz com que na Europa, 42 % das novas infeções por HIV correspondam a homens que têm sexo com homens, e que as infeções neste grupo estejam a aumentar.

Compreende-se que às organizações *gays* lhes irrite esta proibição permanente de doar sangue, existente em mais de cinquenta países, o que na sua opinião estigmatiza os homossexuais. Se a conduta homossexual é considerada tão normal e saudável como a heterossexual, porquê esta discriminação? E, certamente, é paradoxal que países que introduziram em pouco tempo reformas legais para dar em quase tudo o mesmo tratamento aos homossexuais, se tenham aferrado a esta proibição permanente de doar sangue, embora possa haver modos mais personalizados de selecionar os potenciais doadores.

Nalguns países foi até reconhecido o casamento *gay*, mas a doação de sangue continua proibida. É o caso da Holanda que, em 2001, efetuou o primeiro casamento *gay*, mas onde ainda não se admite a doação de sangue por parte de homossexuais. O mesmo acontece na Bélgica, Noruega, França, Argentina, onde os casais do mesmo sexo podem ir perante o juiz para se casar, mas não ir ao hospital para doar sangue. Nos EUA, foi mais rápida a mudança de leis sobre o casamento *gay* que a da doação de sangue, que continuou

proibida, embora em 2014 a FDA tenha recomendado alterar a norma. No liberal Canadá, os gays podem doar sangue... depois de cinco anos de abstinência, o que parece mostrar certa prevenção sobre a sua conduta sexual.

Grã-Bretanha, Suécia, Finlândia, Austrália ou Japão conformam-se com um ano de abstinência. Curiosamente, na Rússia de Putin, a homossexualidade não é uma contraindicação para doar sangue. Pelo contrário, na Alemanha de Merkel, é. Em Espanha, os homossexuais podem doar, embora o interrogatório inquisitorial que precede a doação vá excluir bastantes deles, pertencentes a um grupo que correspondeu a 51 % das novas infeções por HIV em 2013.

Este panorama indica que, perante as reivindicações de grupos homossexuais, alguns países estiveram mais dispostos a mudar uma instituição milenar como o casamento, do que a modificar as normas sobre a doação de sangue. Se se querem, por que não?, foi suficiente para abrir o casamento aos casais homossexuais. Mas, o facto de quererem fazer um gesto altruísta como doar sangue, não foi suficiente razão para ser permitido. Será que estamos mais abertos a fazer experiências com o casamento do que com a saúde?

A mencionada sentença do Tribunal de Justiça europeu admite que, neste tema, um tratamento distinto para os homossexuais pode ser legítimo, se o exigir a situação de saúde e a necessidade de proteger o interesse geral. Nem toda a discriminação é arbitrária nem injusta. É um critério que pode ser valioso também na altura do debate sobre o casamento, a adoção e o melhor modo de proteger a estrutura familiar.

I. A.

“O Desafio”

“The Walk”

Realizador: Robert Zemeckis

Atores: Joseph Gordon-Levitt; Ben Kingsley; Charlotte Le Bon

Duração: 123 min.

Ano: 2015

Em 1974, o francês Philippe Petit atravessa a pé sobre um cabo o espaço aéreo entre o topo das duas Torres Gémeas de Nova Iorque. O filme retrata a história deste acontecimento e de que forma um rapaz atraído pela profissão de funambulista

de circo, concretiza uma façanha deste tipo, sem usar nenhum cabo de segurança nem qualquer tipo de rede protetora.

Os obstáculos que vai enfrentar são muitos: a oposição da família que não aceita a sua vocação; os treinos a que se submete; as primeiras travessias entre as torres da catedral de Notre Dame de Paris; os fracassos que o motivam a superar-se; a formação constante apoiada no melhor dos mestres e, por fim, a decisão de realizar um sonho “impossível” considerado ilegal e perigoso...

O rapaz começa por criar uma pequena equipa e discute em conjunto um plano. Marcam uma estratégia e definem a data. No dia combinado, alguns elementos do grupo abandonam-no, mas ele não desiste e alcança o objetivo! No entanto, a total dedicação ao seu projeto, fê-lo descuidar as atenções para os que lhe estão próximos. Não tivera presente que para andar nas alturas é útil manter os pés bem assentes na terra...

Tópicos de análise:

1. Aprender com os fracassos impulsiona futuras vitórias.
2. Selecionar um bom mentor potencia as capacidades de cada um.
3. Indicar claramente os objetivos torna eficaz o trabalho de equipa.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

